

Ex-prefeitos denunciam o esquema de Messias Góis

CÁTIA SEABRA
Enviada especial

ARACAJU — A Polícia Federal de Sergipe tem documentos e reuniu depoimentos que associam o deputado



Messias Góis (PFL-SE) — um dos “sete anões” do Orçamento — ao diretor da Seval, Normando Leite Cavalcanti, e ao esquema de corrupção no Orçamento, segundo inquérito aberto em abril de 1992 para apurar irregularidades na liberação de verbas do Ministério da Ação Social. Nove ex-prefeitos foram ouvidos — sete deles ainda exerciam o cargo — de agosto a dezembro de 92 e confirmaram que foram apresentados a Normando Cavalcanti pelo deputado.

Manoel Cardoso Souza Filho, ex-prefeito de Capela, contou que Messias Góis o apresentou ao diretor da Seval como autor do projeto e responsável pela liberação de verbas. Disse ainda que fora orientado pelo deputado a pedir, em agosto de 1991, CR\$ 100 milhões para obras de saneamento básico. A mesma recomendação foi dada ao então prefeito de Campo do Brito, José Carlos Ribeiro, que assinou uma série de papéis em branco dentro do diretório do PFL de Aracaju.

Segundo seu depoimento, Messias Góis disse que não se preo-

cupasse com o projeto, pois uma empresa especializada cuidaria de tudo. O depoimento de Manoel Soares de Souza, do município de Frei Paulo, comprometeu o deputado sergipano Cleonânicio Fonseca. Segundo o ex-prefeito, Cleonânicio o obrigou a assinar diversos papéis em branco com o timbre da prefeitura como condição para a liberação de verbas para obras de saneamento. Além da Seval, a empresa Girau Construtora, da Bahia, foi mencionada pelo ex-prefeito de Japoatã. José Barreto dos Santos disse à PF que Messias Góis lhe indicara a empresa dirigida por João Félix. Segundo o ex-prefeito, o deputado avisou que cobraria depois os custos do projeto.

Esses nomes chegaram à PF depois de uma apreensão realizada no escritório da Seval, em Brasília. Lá foram encontrados papéis timbrados de prefeituras assinados em branco, carimbos, recibos e uma série de cartas enviadas ao Ministério da Ação Social. Foi graças a esses papéis que a PF iniciou a investigação que envolve 290 prefeituras em todo o país.

Segundo o delegado Aldo Lima do Nascimento, a verba foi liberada, mas muitos ex-prefeitos se confundiram ao explicar em que gastaram o dinheiro:

— Houve uma avalanche de verbas durante a gestão de Margarida Procópio. Visitamos a cidade e, em alguns casos, ruas que deveriam estar pavimentadas continuavam no barro.



A casa de uma das fazendas do deputado Messias Góis, em Sergipe. Um dos “sete anões” da Comissão de Orçamento, ele é acusado de desviar verbas